

**AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.336.024 - RS  
(2012/0156746-5)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : MOACIR ADIERS**  
**ADVOGADO : NELMO DE SOUZA COSTA E OUTRO(S) - RS030146**  
**AGRAVADO : UNIÃO**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE DA UNIÃO POR OMISSÃO. NULIDADE. OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. FALTA DE INDICAÇÃO OBJETIVA. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL E CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ.

1. A decisão agravada afirmou a incidência da Súmula 7/STJ no que diz respeito à apuração do nexo causal e afastamento da culpa exclusiva da vítima pelos danos sofridos em decorrência da manipulação imprudente e imperita de fuzil por militar, bem como às provas testemunhais colhidas em alegado confronto ao inquérito militar. O agravante, entretanto, não demonstra de que forma sua pretensão recursal dispensaria o exame de tais questões fáticas.
2. A não indicação precisa no recurso especial dos pontos tidos como omissos, obscuros ou contraditórios, bem como de suas consequências para o deslinde da causa, enseja a incidência da Súmula 284/STF, entendimento que o insurgente não desconstitui.
3. A falta de impugnação específica das conclusões da decisão combatida atrai a aplicação da Súmula 182/STJ.
4. Agravo interno não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 07 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator

